



Athena Atuarial

Relatório da Avaliação Atuarial

Exercício 2024

SANTA MARIA - RS



RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

SANTA MARIA

Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos
Municipais de Santa Maria

Perfil Atuarial: II

Data Focal da Avaliação Atuarial: 31/12/2023

Nota Técnica Atuarial: 2024.000245.1

Atuária Responsável: Michele Dall'Agnol

Miba: 2991

Versão 04
19/08/2024



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial, na data focal em 31/12/2023, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

A Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas constantes na Nota Técnica Atuarial - NTA. A base cadastral recebida dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS foi fornecida pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS, sendo a veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme o item 6 desse relatório.

O RPPS de SANTA MARIA na data da avaliação possuía um grupo de 5678 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados pelo Regime totalizava um montante de R\$ 282.863.566,55. Os benefícios atendidos pelo RPPS hoje são: Aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, compulsória, especial de professor, invalidez e pensão por morte.

Considerando os benefícios atendidos, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou um déficit atuarial no valor de R\$ 3.494.690.696,11, o qual deverá ser financiado pelo Ente Federativo, através do custeio suplementar (especial) e, no custo normal foram utilizadas as alíquotas de custeio de 23% para o Ente e para os segurados 14%.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	BASE NORMATIVA	5
2.1.	NORMAS GERAIS	5
2.2.	NORMAS DO ENTE FEDERATIVO.....	6
3.	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	6
3.1.	DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS.....	6
3.2.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	7
3.2.1.	Aposentadoria por invalidez	7
3.2.2.	Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	7
3.2.3.	Pensão por morte	8
3.2.5.	Futuras Aposentadorias	10
4.	REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO.....	11
4.1.	DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS.....	11
4.2.	DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS.....	11
4.3.	RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	12
5.	HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS.....	12
5.1.	TÁBUAS BIOMÉTRICAS	12
5.2.	ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS	13
5.3.	ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	13
5.4.	TAXA DE JUROS ATUARIAL	13
5.5.	ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA	14
5.6.	COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR.....	14
5.7.	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES.....	14
5.8.	DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES.....	15
6.	ANÁLISE DA BASE CADASTRAL.....	15
6.1.	DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO	15
6.2.	SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS	18
6.3.	ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL	18
6.4.	RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL	19
7.	RESULTADO ATUARIAL	19
7.1.	ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER	20
7.1.2.	COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E CRÉDITOS A RECEBER	20
7.1.3.	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	20
7.2.	PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL	20
7.3.	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	20
7.4.	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	21
7.5.	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS.....	21
7.6.	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	21



7.6.1 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR)	21
7.6.2. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR) 22	
7.7. RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	22
7.8. VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	22
7.9. BALANÇO ATUARIAL	22
8. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO	23
8.1. VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS	23
8.2. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI	24
8.3. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO	24
8.4. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO	25
8.5. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI	25
9. EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL	25
9.1. PRINCIPAIS CAUSAS DO RESULTADO ATUARIAL	25
9.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT	26
9.2.1 Equacionamento do déficit com a utilização de 35 anos	27
10. CUSTEIO ADMINISTRATIVO	28
10.1. LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	29
10.2. ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	30
10.3. RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO	30
10.4. RESERVA ADMINISTRATIVA	30
11. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS	30
12. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	32
12.1 IMPACTO DA TAXA DE JUROS	32
12.2 IMPACTO DO CRESCIMENTO SALARIAL	32
13. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS	32
14. PARECER ATUARIAL	33
15. ANEXOS	35
ANEXO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES	36
ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS	45
ANEXO 3 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR	48
ANEXO 4 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES	50
ANEXO 5 - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA	51
ANEXO 6 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO	52
ANEXO 7 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA	54

1. INTRODUÇÃO

Na condição de assessoria atuarial contratada para realizar a Avaliação Atuarial do exercício 2024, tendo por base o cadastro dos servidores posicionado em 30/09/2023 e legislação vigente, passam-se a apresentar os resultados no presente relatório referentes ao município de SANTA MARIA.

Não obstante às exigências dispostas no preenchimento do DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, este relatório apresentará o que segue:

- a) As Reservas Matemáticas, de benefícios a conceder e concedidos, do RPPS que dimensionam o passivo atuarial posicionado em 31/12/2023;
- b) As respectivas Provisões Matemáticas para os posteriores lançamentos contábeis;
- c) O plano de custeio que garantirá o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- d) O Parecer Atuarial conclusivo concernente aos resultados encontrados a fim de orientar o Gestor Público, o Gestor e os Conselheiros do RPPS, a respeito dos compromissos e obrigações fundamentais à boa gestão da Previdência Própria do município de SANTA MARIA.

2. BASE NORMATIVA

Neste capítulo será apresentado a legislação utilizada na elaboração da avaliação atuarial, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

2.1. NORMAS GERAIS

A Constituição Federal (CF) estabeleceu que a previdência social no Brasil é baseada em três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime de Previdência Complementar e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Trata esta avaliação, do RPPS do município de SANTA MARIA, que é o regime previdenciário destinado aos servidores públicos com vínculo ao respectivo Estatuto do Servidor Público e tem o propósito de verificar o cumprimento e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecido no art. 40 da Carta Magna.

Esta Avaliação Atuarial respeitou as normas gerais de contabilidade e atuária, estabelecidas pelo órgão responsável pela orientação, supervisão e o acompanhamento dos RPPS. Dentre os objetivos deste trabalho está o cumprimento aos dispositivos da CF, a seguir transcritos:

"Art. 149 -

§ 1º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime de previdência de que trata o Art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.

.....

Art. 195 -

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total."

.....

"Art. 249 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos."

Por sua vez, a Lei nº 9.717/1998 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 estabelecem as normas para a organização e o funcionamento dos RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, bem como o servidor estável, abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2.2. NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

O município de SANTA MARIA além de se embasar nas leis federais existentes, também possuiu legislação própria sobre o assunto, onde especifica o funcionamento da Unidade Gestora, define os benefícios cobertos, alíquotas de contribuição, taxa de administração além das demais questões pertinentes ao RPPS.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

O RPPS de SANTA MARIA tem seu plano estruturado na modalidade de benefício definido, ou seja, o segurado ao entrar no RPPS já sabe qual será a sua progressão na carreira e com isso tem o valor do benefício previamente estabelecido. Todos os benefícios são custeados pelos segurados ativos, aposentados, pensionistas e pelo Ente Público, conforme a legislação municipal, respeitando a norma federal.

3.1. DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Conforme estabelece a Legislação vigente, são os seguintes os benefícios garantidos pelo RPPS:

I – Para os servidores:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e;

d) aposentadoria por tempo de contribuição.

II – Para os dependentes:

a) pensão por morte.

3.2. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

A concessão das aposentadorias e pensões está estabelecida na Constituição Federal, em especial no art. 40, incluindo todas as modificações impostas pelas diferentes Emendas Constitucionais, as quais serviram de parâmetro para simular o momento do benefício a ser concedido. A partir da simulação da concessão do benefício, em conjunto com as premissas apresentadas a seguir, se pode calcular com grande grau de precisão os compromissos futuros do RPPS (reservas matemáticas) e respectiva necessidade de financiamento (plano de custeio).

3.2.1. Aposentadoria por invalidez

Disposta no inciso I, § 1º, art. 40, CF a aposentadoria por invalidez é o benefício que tem regulamentação Constitucional, portanto não é suscetível a nenhuma modificação proposta pela legislação do ente federativo instituidor. Esse benefício tem caráter obrigatório e tem como condição para sua concessão o laudo médico pericial. Tal laudo médico pericial que irá determinar a gravidade da lesão e, a partir desse, será determinado se a renda terá caráter integral ou proporcional.

O direito ao benefício será mantido enquanto permanecer à condição de inválido para a atividade laborativa. Os proventos da aposentadoria por invalidez serão calculados pela média aritmética simples das 80% maiores remunerações de contribuição desde julho de 1994, cujo resultado será proporcionalizado ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, onde o servidor fará jus à integralidade da média.

Para os servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação da EC nº 41/2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, aplica-se a redação dada pelo EC nº 70/2012.

3.2.2. Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória

A aposentadoria por idade e tempo de contribuição consistem em uma renda mensal vitalícia ao segurado, visando substituir a remuneração do servidor quando este alcançar a idade mínima estabelecida pela Constituição Federal. As tabelas apresentadas a seguir, resumem os critérios e condições de exigibilidade, sendo as tabelas 1 referente ao quadro geral enquanto a tabela 2 resume critérios do quadro magistério.

A integralidade dos benefícios, por sua vez, corresponde à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo e a paridade significa a revisão dos benefícios na mesma proporção e na mesma data que ocorrer a dos servidores em atividade, sempre que haja modificações. Já os benefícios concedidos com base na média, corresponderão a média aritmética simples das 80% maiores remunerações de contribuição desde julho de 1994, limitado ao último salário do cargo, o que for menor.

Em relação a aposentadoria compulsória é a aposentadoria obrigatória ao atingir a idade de 75 anos e independe da vontade do servidor, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme dispõe o inciso II, § 1º, art. 40, CF e reajustados na mesma data que se der o reajuste dos benefícios do RGPS.

3.2.3 Pensão por morte

Benefício voltado aos dependentes do servidor falecido, seja na condição de ativo ou inativo. O valor do benefício de pensão será igual ao valor da aposentadoria a que o servidor público teria direito quando ativo ou recebia enquanto aposentado. As pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculadas e reajustadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

Aos dependentes devem enquadrar-se em uma das seguintes classes:

- I - o cônjuge;
 - II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;
 - III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;
 - IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:
 - a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;
 - b) seja inválido;
 - c) tenha deficiência grave; ou
 - d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos do regulamento;
 - V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e
 - VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.
- § 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.
- § 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do caput exclui o beneficiário referido no inciso VI.
- § 3º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e desde que comprovada a dependência econômica, na forma estabelecida em regulamento.

A Lei Complementar nº 122/2018 disciplina a concessão da pensão por morte prevista na alínea "a" do inciso II do art. 6º da Lei Municipal nº 4483/2001, nos termos da Lei Federal 13.135/2015.

3.2.4 Regras de Aposentadorias

Tabela 1.1 - Regras de Aposentadorias - Quadro Geral - Sexo Feminino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Transição	Permanente	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.3º, EC 47	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF
Idade	48 Anos	48 Anos	55 Anos	60 Anos	48 Anos	Id+TC ² =85 anos	55 Anos	55 Anos	60 Anos
Tempo Contribuição	30 Anos	25 Anos	30 Anos		30 Anos		30 Anos	30 Anos	
Pedágio	20%	40%			20%				
Tempo Serviço Público			10	10		25	20	10	10
Tempo Carreira						15	10		
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 47/05	Vigência da EC 41/03		
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Proporcional	Média e Reduzida ³	Integral	Integral	Média	Média e Proporcional
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Paridade	Índice	Índice

Tabela 1.2 - Regras de Aposentadorias - Quadro Geral - Sexo Masculino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Transição	Permanente	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Por Idade
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.3º, EC 47	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF	b, III, §1º, art.40, CF
Idade	53 Anos	53 Anos	60 Anos	65 Anos	53 Anos	Id+TC ² =95 anos	60 Anos	60 Anos	65 Anos
Tempo Contribuição	35 Anos	30 Anos	35 Anos		35 Anos		35 Anos	35 Anos	
Pedágio	20%	40%			20%				
Tempo Serviço Público			10	10		25	20	10	10
Tempo Carreira						15	10		
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 47/05	Vigência da EC 41/03		
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Proporcional	Média e Reduzida ³	Integral	Integral	Média	Média e Proporcional
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Paridade	Índice	Índice

1. Pedágio é período adicional de contribuição, equivalente aos percentuais especificados acima, que o servidor terá que cumprir ao que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição exigido, na data de publicação da EC/20 para completar os requisitos da aposentadoria.

2. Tempo de Contribuição – TC mínimo de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

3. Provento reduzido para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos para aposentadoria voluntária na proporção de 3,5% e 5% para aqueles que completarem as exigências para aposentadoria até 31/12/2005 e até 01/01/2006, respectivamente.

Tabela 2.1 - Regras de Aposentadorias - Quadro Magistério - Sexo Feminino

Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF
Idade	48 Anos	48 Anos	50 Anos	48 Anos	50 Anos	50 Anos
Tempo Contribuição	30 Anos	25 Anos	25 Anos	30 Anos	25 Anos	25 Anos
Pedágio	20%	40%		20%		
Bônus	20%	20%		20%		
Tempo Serviço Público			10		20	10
Tempo Carreira					10	
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 41/03	
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Média e Reduzida	Integral	Média
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Índice

Tabela 2.2 - Regras de Aposentadorias - Quadro Magistério - Sexo Masculino

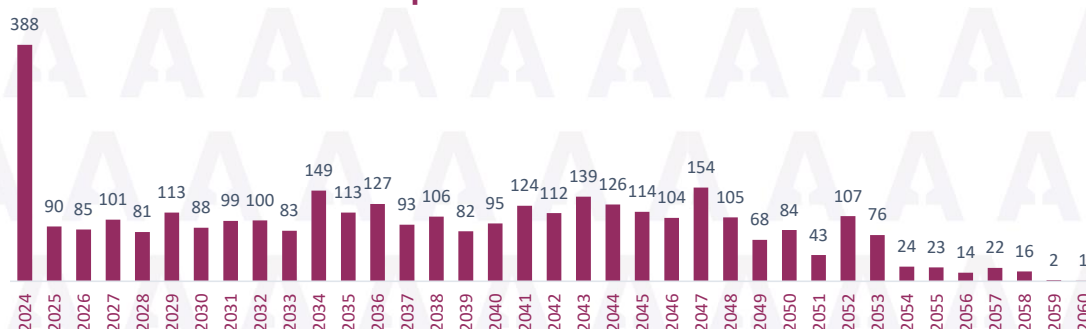
Regra	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Direito Adquirido	Transição	Transição	Permanente
Aposentadoria	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Voluntária
Legislação	Art.8º, EC 20	§1º, art.8º, EC 20	a, III, §1º, art.40, CF	art.2º, EC 41	art.6º, EC 41	a, III, §1º, art.40, CF
Idade	53 Anos	53 Anos	55 Anos	53 Anos	55 Anos	55 Anos
Tempo Contribuição	35 Anos	30 Anos	30 Anos	35 Anos	30 Anos	30 Anos
Pedágio	20%	40%		20%		
Bônus	17%	17%		17%		
Tempo Serviço Público			10		20	10
Tempo Carreira					10	
Tempo Cargo	5	5	5	5	5	5
Ingresso	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 16/12/1998	Até 31/12/2003	A partir de 01/01/2004
Cumprimento Requisitos	Até 31/12/2003	Até 31/12/2003	Até 16/12/1998	Vigência da EC 41/03	Vigência da EC 41/03	
Provento	Integral	Proporcional	Integral	Média e Reduzida	Integral	Média
Reajuste	Paridade	Paridade	Paridade	Índice	Paridade	Índice

1. Bônus é o acréscimo de 17%, se homem e 20%, se mulher ao tempo de serviço exercido até 16/12/1998, antes do cálculo do pedágio e desde que se aposentem, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

3.2.5 Futuras Aposentadorias

Fundamentado na base cadastral fornecida pelo ente, regras acima e legislação vigente, segue abaixo o gráfico com as futuras aposentadorias distribuídas por ano dos 3451 ativos.

Futuras Aposentadorias - Previdenciário



4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os itens abaixo serão relacionados com os regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados na avaliação atuarial para o plano de benefício definido (BD).

4.1. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

- a) Regime Financeiro de Capitalização (CAP): Este regime tem como característica a constituição de reserva técnica através das contribuições determinadas suficientes e necessárias para custear, durante a fase laborativa, a aposentadoria do segurado.
- b) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (RCC): Nessa modalidade, as receitas arrecadadas em um período determinado, devem ser suficientes para cobrir a despesa gerada no mesmo período e até o seu fim. Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nessa avaliação atuarial.
- c) Regime Financeiro de Repartição Simples (RS): No regime de Repartição Simples o funcionamento é como um regime de caixa, ou seja, na medida que a despesa ocorre, ela deve ser paga no mesmo instante, portanto, não há formação de reserva. Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nessa avaliação atuarial.

4.2. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS

Os regimes financeiros são métodos de financiamento elaborados para garantir o cumprimento das obrigações assumidas por planos de benefícios. O método utilizado no regime de capitalização para apuração do passivo atuarial e custos do plano é o método de Idade Normal de Entrada (INE).

O INE pressupõe como benefício projetados é financiado de maneira que seja produzido um custo anual nivelado entre a idade de entrada do participante e a idade de aposentadoria. Para esse método, as variações na idade média atual geram impacto desprezível no Custo Normal do benefício de aposentadoria, realizado de forma individualizada. Quando o método de financiamento é o INE, o custo de aposentadoria é constante.

Para qualquer metodologia de cálculo, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de reservas de benefícios a conceder. Tal fato ocorre, em razão de que a reserva financeira, calculada para pagamento dos benefícios previdenciários futuros, é financiada entre a idade de

ingresso no RPPS (ou ingresso em outro regime de previdência, quando informado) e a concessão do benefício ao segurado (aposentadoria).

4.3. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

Tabela 3 – Benefícios e Regimes Financeiros

Benefícios	Responsabilidade do	Regime
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	Sim	CAP/INE
Aposentadoria por Invalidez	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Ativo	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Aposentado Válido	Sim	CAP/INE
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	Sim	CAP/INE

(1) Regime Financeiro: CAP = Regime Financeiro de Capitalização
Método de Financiamento: INE = Idade de Normal de Entrada.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

As hipóteses e premissas atuariais estão dispostas nos artigos 33 a 38 da Portaria MTP nº 1467/2022 abrangendo o relatório das hipóteses atuariais que devem possuir resultados dos estudos técnicos de aderência.

A Portaria MTP nº 1467/2022 informa em seu artigo 33:

O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria.

5.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A tabela de mortalidade determina o período que cada servidor irá viver a partir da data-base (focal) do cálculo atuarial. Já a tabela de entrada em invalidez mede a probabilidade de um indivíduo, em função de sua idade, entrar em invalidez. As tomadas de decisões das hipóteses citadas influenciam durante anos o ente federado. Importante salientar que as premissas biométricas foram definidas com base no relatório de análise de aderência das hipóteses atuariais.

- Tábua de Mortalidade de Válidos - Fase Laborativa – Sexo Masculino:** RP 2000 MALE
- Tábua de Mortalidade de Válidos - Fase Laborativa – Sexo Feminino:** AT 2000 desagravada em 20%
- Tábua de Mortalidade de Válidos – Pós Fase Laborativa – Sexo Masculino:** RP 2000 MALE

- d) **Tábua de Mortalidade de Válidos – Pós Fase Laborativa – Sexo Feminino:** AT 2000 desagravada em 20%
- e) **Tábua de Mortalidade de Inválido:** IBGE 2021 – segregada por sexo.
- f) **Tábua de Entrada em Invalidez:** Álvaro Vindas desagravada em 30%
- g) **Tábua de Morbidez:** Não se aplica.

5.2. ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

Nesse item será abordada a alteração do perfil da massa de segurados, seja por rotatividade, seja por reposição, oriundas das exonerações, falecimentos e aposentadorias. Onde:

- a) **Rotatividade:** Não se aplica.
- b) **Expectativa de reposição de segurados ativos:** 1:1

5.3. ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

A taxa real de crescimento é uma premissa fundamental para obtenção de uma avaliação atuarial consistente. Refere-se à taxa com que os salários, em média, crescerão ao longo do tempo de permanência do servidor no RPPS. A inflação acumulada, assim como os aumentos por mérito, está intimamente relacionada com a evolução salarial.

- a) **Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade:** 1%
- b) **Taxa real do crescimento dos proventos:** 0,00%

5.4. TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros de capitalização e descapitalização utilizada nesta avaliação foi de 4,97% ao ano.

Para definição da hipótese da taxa de juros real nas avaliações atuariais dos exercícios a partir de 2023 deverão ser utilizadas as taxas de juros parâmetro estabelecidas de acordo com o art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022 alterado pela Portaria MPS 3.289/23, acrescidas em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais.

Segue abaixo o histórico das metas atuariais e das rentabilidades auferidas.

Ano	Meta Atuarial (%)	Rentabilidade Auferida (%)
2018	9,98%	8,04%
2019	10,57%	12,18%
2020	10,53%	4,76%
2021	16,06%	1,20%
2022	11,08%	10,53%

5.5. ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

- Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário:** Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 (vinte e cinco) anos. (artigo 40 da Portaria MTP nº 1.467/2022).
- Idade estimada de entrada em aposentadoria programada:** adotou-se a hipótese do servidor completar todas as condições de elegibilidade, de acordo com as informações no cadastro fornecido pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS.

5.6. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

A composição familiar impacta diretamente no cálculo do valor das pensões. Essa premissa pode ser definida de acordo com a realidade dos segurados, em função dos dados cadastrais recebidos por essa consultoria, caso esteja disponível e possua qualidade satisfatória. Caso contrário, pode-se utilizar uma composição familiar teórica padronizada em função da idade e sexo, definida e aplicada através de uma tábua biométrica intitulada Hx.

5.7. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

A Compensação Previdenciária - COMPREV é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os Municípios, ao instituir o RPPS, geram o direito de se compensar financeiramente com o RGPS. Isso porque seus servidores, anteriormente à instituição do RPPS, eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime, conhecido como Compensação a receber.

Do mesmo modo, ocorre o movimento contrário, em que o servidor sai do RPPS e vai para a iniciativa privada (RGPS), então o RPPS passa a ser devedor, gerando o Compensação a Pagar.

5.8. DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: A metodologia encontra-se descrita na Nota Técnica Atuarial.
- Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração: A maioria dos benefícios concedidos pelo RPPS até então, são aposentadorias por integralidade. Entretanto, as admissões de servidores a partir de 2004, geram benefícios pela média. Embora, atualmente ainda não estejam ocorrendo em grande quantidade, no contexto atuarial representam 75,11% como regra provável de aposentadoria dos atuais servidores ativos. A partir do momento em que for observado uma quantidade maior de benefícios oriundos desta regra, a hipótese deverá ser revista para se adequar a realidade.
- Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS: Não se aplica.

6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

Os dados dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS de SANTA MARIA foram fornecidos pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme descrito nos capítulos a seguir.

6.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

A base cadastral fornecida pelo RPPS de SANTA MARIA, estava posicionada em 30/09/2023. Foram realizadas validações das informações que indicaram a necessidade de correção para possibilitar a realização da avaliação. Após correção e reenvio dos novos dados, a avaliação pode ser realizada.

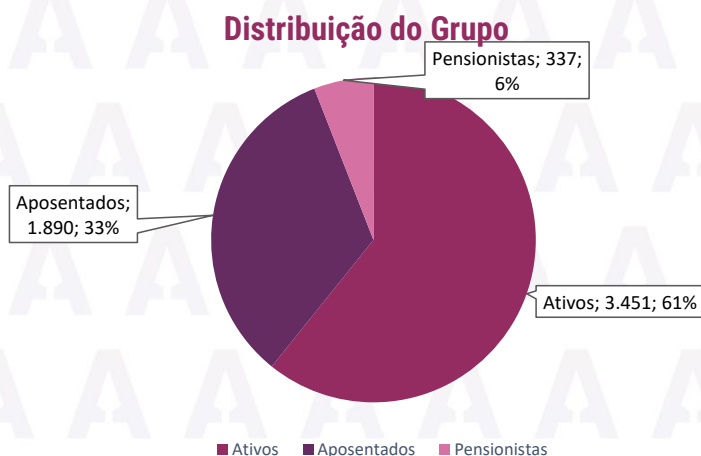
Os segurados do RPPS estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4 – Estatísticas da População Coberta

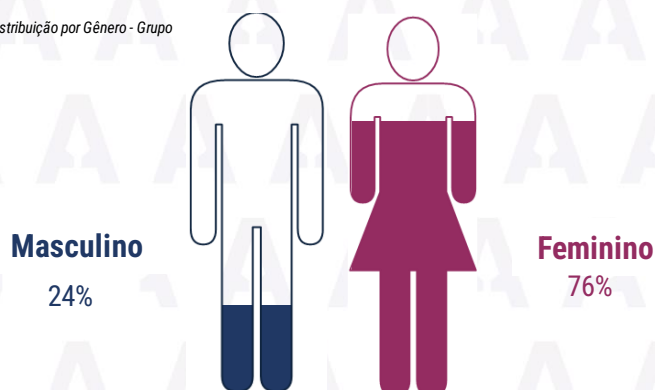
POPULAÇÃO COBERTA	QUANTIDADE		REMUNERAÇÃO MÉDIA		IDADE MÉDIA	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
ATIVOS	2541	910	4.970,02	5.979,06	46	49
Aposentados por Tempo de Contribuição	977	263	8.837,14	8.411,04	67	70
Aposentados por Idade	132	15	2.791,93	4.134,75	71	74
Aposentados Compulsoriamente	14	6	2.324,96	2.798,64	83	80
Aposentadoria Especial Professor	337	20	10.894,46	11.729,42	60	63
Outras aposentadorias Especiais	12	16	7.086,57	7.410,86	63	64
Aposentados por Invalidez	74	24	2.761,26	4.257,36	61	67
PENSIONISTAS	241	96	3.972,67	4.292,19	68	65

Tendo em vista a evolução salarial devido atualizações de piso salarial, elaboramos o gráfico abaixo para demonstrar a variação salarial dos ativos segregado em Quadro Magistério e Quadro Geral.

Para demonstrar a distribuição do grupo, segue abaixo gráficos.

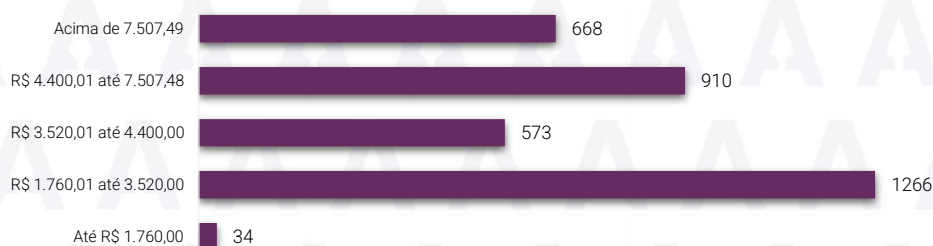


Distribuição por Gênero - Grupo

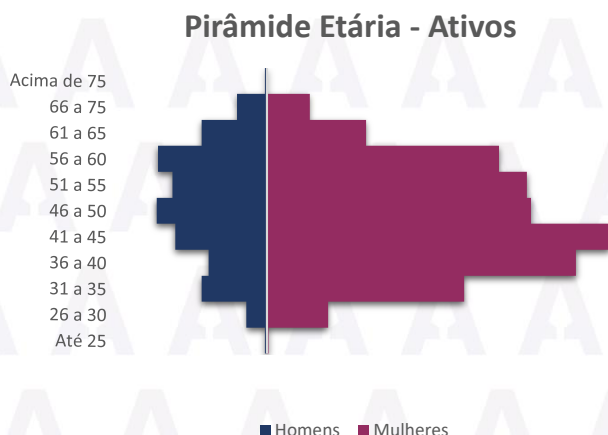


Atualmente, 60,78% do grupo dos segurados é composto pelos servidores ativos, seguido de 33,29% aposentados e 5,94% pensionistas. Dessa base, 23,78% são segurados do sexo masculino e 76,22% do sexo feminino.

Distribuição Salarial - Ativos

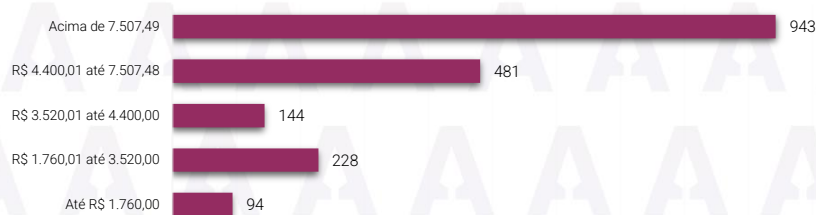


Em relação a distribuição da faixa salarial, 36,69% dos ativos ganham entre R\$ 1.760,01 até 3.520,00, resultando 1266 servidores ativos nessa faixa.



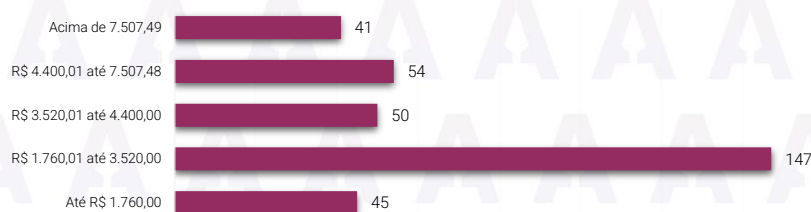
Na pirâmide etária para o grupo dos ativos, observamos que entre as idades de 36 a 50 anos há uma concentração dos servidores, resultando em 50,61 do grupo, ou seja, há 1652 servidores nessas faixas etárias e resultando na idade média de 47 anos.

Distribuição Salários - Aposentados



Em relação a distribuição da faixa salarial, 49,89% dos aposentados ganham acima de 7.507,49, resultando 943 aposentados nessa faixa. Além disso, podemos observar que 24,66% do grupo ganha até R\$ 4.400,00.

Distribuição Salarial - Pensionistas



Nos pensionistas, há uma concentração na segunda faixa salarial, representando 43,62% do grupo, logo 147 pensionistas ganham entre R\$ 1.760,01 até 3.520,00.

Tabela 5 – Proporção entre Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Ativos	Aposentados e Pensionistas	Proporção Ativos / Aposentados e Pensionistas
60,78%	39,22%	1,55

Ao se analisar os dados das tabelas acima, observa-se que os ativos representam 60,78% do grupo total, enquanto os inativos e pensionistas representam 39,22%. Quando se analisa a proporção de ativos por aposentados e pensionistas, que influenciará diretamente nos custos atuariais e no equilíbrio financeiro e atuarial, constata-se que é de 1,55 para cada 1, respectivamente.

6.2. SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

Com base nos dados fornecidos no cadastro, é informada a quantidade, se existente, de servidores afastados e/ou cedidos para outros entes federativos, conforme a seguir:

- a) Servidores afastados: 33
- b) Servidores cedidos: 6

6.3. ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

- a) Atualização da base cadastral

Conforme foi informado pelo Ente, a última atualização cadastral dos servidores e pensionistas foi realizada em 30/09/2023.

- b) Amplitude da base cadastral

Tabela 6 – Amplitude da Base Cadastral

Grupo	Descrição	Consistência da Base	Completeness da Base
Ativos	Identificação do Segurado Ativo	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo	76% - 100%	76% - 100%
	Estado Civil	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Ingresso no ENTE	76% - 100%	76% - 100%
	Identificação de cargo atual	76% - 100%	76% - 100%
	Base de Cálculo	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de Contribuição para o RGPS	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de Contribuição para outros RPPS	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento do Cônjuge	76% - 100%	76% - 100%
	Número de Dependentes	76% - 100%	76% - 100%
Aposentados	Identificação do Aposentado	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo	76% - 100%	76% - 100%
	Estado Civil	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento do Cônjuge	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento do Dependente mais novo	76% - 100%	76% - 100%
	Valor do Benefício	76% - 100%	76% - 100%
	Condição do aposentado	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de contribuição para o RPPS	76% - 100%	76% - 100%
	Tempo de contribuição para outros Regimes	76% - 100%	76% - 100%

	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	76% - 100%	76% - 100%
	Número de Dependentes	76% - 100%	76% - 100%
Pensionistas	Identificação do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Número de Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Sexo do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Data de Nascimento	76% - 100%	76% - 100%
	Valor do Benefício	76% - 100%	76% - 100%
	Condição do Pensionista	76% - 100%	76% - 100%
	Duração do Benefício	76% - 100%	76% - 100%

c) Consistência da base cadastral

Após a análise das informações, testes de verificação e sanadas todas as falhas possíveis, considerou-se que a base é consistente e suficiente para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial.

6.4. RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL

A base de dados do município é o principal pilar da avaliação atuarial, portanto, a sua atualização constante é de suma importância para que o resultado obtido possa ser o mais fidedigno à realidade do RPPS.

Com base nas informações recebidas pela Unidade Gestora e após a análise e feitas todas as verificações possíveis, considerou-se que a base é confiável e suficiente para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial. Contudo, sublinha-se que um recadastramento periódico junto aos servidores ativos, aposentados e pensionistas é de suma importância para que se obtenha os dados cadastrais e funcionais os mais fidedignos possíveis para a próxima avaliação atuarial do município.

A existência de base cadastral sólida é essencial para apuração de resultados que retratem a realidade atuarial do RPPS.

7. RESULTADO ATUARIAL

A partir da definição e aplicação das Premissas e Diretrizes Atuariais apresentadas no item 2, da aplicação das fórmulas matemáticas constantes na Nota Técnica Atuarial deste RPPS, sobre a base cadastral recebida do Ente posicionada em setembro/2023, passou-se a mensurar as Reservas Matemáticas que representam, na sua totalidade, o passivo atuarial do RPPS. Este passivo, quando confrontado com os ativos do Plano – que são as reservas financeiras, bens e direitos – resultarão em superávit, déficit ou equilíbrio do Plano Previdenciário em estudo.

7.1. ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER

Os ativos garantidores são compostos pelos bens e direitos do plano e constituem-se basicamente por:

- Aplicações em Fundos de Investimentos;
- Saldo em Conta Corrente;
- Parcelamentos de Débitos Previdenciários;
- Imóveis.

7.1.2 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E CRÉDITOS A RECEBER

De acordo com o demonstrativo das aplicações do mês de dezembro, a composição dos ativos financeiros encontra-se distribuída da seguinte forma:

Tabela 8 – Ativos Garantidores

ATIVOS	R\$ 282.863.566,55	100,00%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 276.014.379,92	97,58%
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 4.263.155,41	1,51%
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ 0,00	0,00%
Aplicações no Exterior	R\$ 0,00	0,00%
Saldo recursos previdenciários em conta corrente	R\$ 2.586.031,22	0,91%
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 0,00	0,00%

7.1.3 PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Na data focal da avaliação atuarial o ente federativo não possuía uma dívida confessa para com o Regime Próprio e, portanto, o RPPS não é credor de valores frente ao ente.

7.2. PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL

São constituídas pelos valores devidos pelo Regime Próprio aos seus segurados. A seguir apresentaremos o valor presente de todos os compromissos futuros do plano.

7.3. PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Tabela 10 – Provisões Matemáticas - Benefícios Concedidos

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	1.998.779.472,83	80.600.554,70	1.918.178.918,13
APOSENTADORIAS PROFESSOR	788.344.148,51	38.000.105,16	750.344.043,35
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	36.785.173,32	552.032,79	36.233.140,53
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	51.364.716,99	82.429,76	51.282.287,23
PENSÕES POR MORTE	194.457.607,83	2.322.827,30	192.134.780,53
SUBTOTAL	3.069.731.119,48	121.557.949,71	2.948.173.169,77

7.4. PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

Tabela 11 – Provisões Matemáticas - Benefícios a Conceder

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS	911.407.033,41	307.722.715,16	603.684.318,25
APOSENTADORIAS	866.912.123,65	226.758.600,46	640.153.523,19
OUTRAS APOSENTADORIAS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR	75.739.376,82	27.881.953,19	47.857.423,63
PENSÃO POR MORTE DE	69.725.437,64	34.261.141,36	35.464.296,28
PENSÃO POR MORTE DE	127.597.886,86	12.982.491,58	114.615.395,28
PENSÃO POR MORTE DE	180.145,65	47.398,53	132.747,12
SUBTOTAL	2.051.562.004,03	609.654.300,28	1.441.907.703,75

7.5. PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS

Tabela 12 – Provisões Matemáticas Total

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	911.407.033,41	307.722.715,1	603.684.318,25
APOSENTADORIAS PROFESSOR	866.912.123,65	226.758.600,4	640.153.523,19
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	75.739.376,82	27.881.953,19	47.857.423,63
PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ATIVO	69.725.437,64	34.261.141,36	35.464.296,28
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	127.597.886,86	12.982.491,58	114.615.395,28
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	180.145,65	47.398,53	132.747,12
SUBTOTAL	2.051.562.004,0	609.654.300,2	1.441.907.703,7
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	1.998.779.472,8	80.600.554,70	1.918.178.918,1
APOSENTADORIAS PROFESSOR	788.344.148,51	38.000.105,16	750.344.043,35
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	36.785.173,32	552.032,79	36.233.140,53
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	51.364.716,99	82.429,76	51.282.287,23
PENSÕES POR MORTE	194.457.607,83	2.322.827,30	192.134.780,53
SUBTOTAL	3.069.731.119,4	121.557.949,7	2.948.173.169,7
TOTAL	5.121.293.123,5	731.212.249,9	4.390.080.873,5

7.6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária destina-se a compensar financeiramente o RPPS relativamente ao tempo de contribuição do segurado em outro RPPS ou para o RGPS. A metodologia de cálculo destes valores e premissas estão descritos na Nota Técnica Atuarial do respectivo município.

7.6.1 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR)

Para os benefícios concedidos, a compensação a receber foi estimada em R\$ 367.479.637,83. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 5.102,22.

7.6.2. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR)

Para os benefícios a conceder, a compensação a receber foi estimada em R\$ 245.593.908,02. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 541.832,77, sendo que, sua estimativa foi feita com os dados dos exonerados do Ente Federativo, desde a instituição do RPPS.

7.7. RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Tabela 13 – Resultado Atuarial

RESULTADOS	TOTAL (R\$)
PMBAC (1)	1.441.907.703,75
PMBC (2)	2.948.173.169,77
Provisão Matemática Total (3=1+2)	4.390.080.873,52
Compensação Financeira (4)	612.526.610,86
Ativo do Plano (5)	282.863.566,55
Resultado Atuarial (6 = 3-4-5)	3.494.690.696,11

O RPPS de Santa Maria apresentou, na avaliação atuarial de 2024, um déficit de R\$ 3.494.690,11. Esse resultado indica que o patrimônio do regime é insuficiente para cobrir a provisão matemática total do fundo.

7.8. VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS

Os valores atuais das remunerações futuras serão determinados por processo atuarial, correspondendo ao somatório dos valores projetados das remunerações dos segurados ativos durante o período laborativo. A expressão utilizada para o valor atual dos salários futuros (VASF) encontra-se na Nota Técnica Atuarial deste RPPS.

7.9. BALANÇO ATUARIAL

Neste capítulo apresentamos os resultados atuariais em relação as alíquotas vigentes e de equilíbrio.

Tabela 14 – Alíquotas de Contribuição

DESCRIÇÃO	Alíquota normal vigente em lei	Alíquota normal de equilíbrio
Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)	37,00%	37,00%
Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de adm. (B)	3,00%	3,00%

Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	34,00%	34,00%
--	--------	--------

Tabela 15 – Composição dos Ativos Garantidores

DESCRIÇÃO	Valores
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 282.863.566,55
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 276.014.379,92
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 4.263.155,41
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	
Aplicações no Exterior	R\$ 0,00
Saldo recursos previdenciários em conta corrente	R\$ 2.586.031,22
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 0,00

Tabela 16 – Provisões Matemáticas

PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	Valores com alíquotas vigentes	Valores com alíquotas de equilíbrio
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	R\$ 2.948.173.169,77	R\$ 2.948.173.169,77
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 3.069.731.119,48	R\$ 3.069.731.119,48
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	R\$ 121.557.949,71	R\$ 121.557.949,71
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	R\$ 1.441.907.703,75	R\$ 1.441.907.703,75
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 2.051.562.004,03	R\$ 2.051.562.004,03
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ 358.620.176,64	R\$ 358.620.176,64
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R\$ 251.034.123,64	R\$ 251.034.123,64
AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 5.102,22	R\$ 5.102,22
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 367.479.637,83	R\$ 367.479.637,83
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 541.832,77	R\$ 541.832,77
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 245.593.908,02	R\$ 245.593.908,02
Resultado Atuarial		
Superavit Escritural	R\$ 120.568.305,60	R\$ 120.568.305,60
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Deficit	-R\$ 3.494.690.696,11	-R\$ 3.494.690.696,11
Deficit Equacionado:	R\$ 3.615.259.001,71	R\$ 3.615.259.001,71
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 3.615.259.001,71	R\$ 3.615.259.001,71
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	0,00	0,00

8. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO

8.1. VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS

Tabela 17 – Remuneração e Proventos

Categorias	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	Valores Anuais
------------	--	----------------

Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	18.069.762,07	234.906.906,96
Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que superam o Limite Máximo do RGPS	4.537.724,67	58.990.420,71
Total das Parcelas das Pensões Por Morte que superam o Limite Máximo do RGPS	108.827,50	1.414.757,50
TOTAL	22.716.314,24	295.312.085,17

8.2. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

O plano de custeio está vigente na Lei 6721 de 27/12/2022 - Art. 3º e as contribuições esperadas estão na tabela abaixo.

Tabela 18 – Plano de Custeio Vigente e Contribuições

Categorias	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Vigente (%)	Valor da contribuição esperada com alíquotas vigentes (R\$)
Ente Federativo	234.906.906,96	20,00%	46.981.381,39
Taxa de Administração	234.906.906,96	3,00%	7.047.207,21
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	0,00	0,00%	0,00
Ente Federativo - Total	234.906.906,96	23,00%	54.028.588,60
Segurados Ativos	234.906.906,96	14,00%	32.886.966,97
Aposentados	58.990.420,71	14,00%	8.258.658,90
Pensionistas	1.414.757,50	14,00%	198.066,05
Total	R\$ 295.312.085,17	37,00%	R\$ 95.372.280,52

8.3. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO

Aqui demonstramos as alíquotas adequadas, calculadas atuarialmente, a serem instituídas pelo município para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, discriminadas por tipo de benefício.

Tabela 19 – Plano de Custeio Calculado por Benefício

Benefícios	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Aposentadoria Programada - Tempo de Contribuição, Idade	CAP	24.848.452,62	10,58%
Aposentadoria Especial de Professor	CAP	31.883.914,48	13,57%
Outras Aposentadorias Especiais	CAP	0,00	0,00%
Aposentadoria por Invalidez	CAP	8.487.186,55	3,61%
Pensão por Morte de Servidor Ativo	CAP	10.422.819,46	4,44%

Pensão por Morte de Servidor Aposentado por Invalidez	CAP	0,00	0,00%
Pensão Por Morte de Servidor em Aposentadoria	CAP	1.839.321,08	0,78%
Pensão Por Morte de Servidor em Aposentadoria Especial	CAP	2.389.003,24	1,02%
Pensão Por Morte de Servidor em Outras Aposentadorias	CAP	0,00	0,00%
Custeio Administrativo	-	7.047.207,21	3,00%
Alíquota Total*		86.917.904,64	37,00%

*Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do RGPS.

8.4. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO

Tabela 20 – Plano de Custeio por Regime

Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Capitalização	79.870.697,44	34,00%
Repartição de Capitais de Cobertura	0,00	0,00%
Repartição Simples	0,00	0,00%
Custeio Administrativo	7.047.207,21	3,00%
Alíquota Total*	86.917.904,64	37,00%

*Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do RGPS.

8.5. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

Tabela 21 – Custo e Plano de Custeio Definido na Avaliação Atuarial

Regime Financeiro	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Valor da contribuição Esperada
Ente Federativo	R\$ 234.906.906,96	20,00%	R\$ 46.983.730,46
Taxa de Administração	R\$ 234.906.906,96	3,00%	R\$ 7.047.207,21
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
Ente Federativo - Total	R\$ 234.906.906,96	23,00%	R\$ 54.030.937,67
Segurados Ativos	R\$ 234.906.906,96	14,00%	R\$ 32.886.966,97
Aposentados	R\$ 58.990.420,71	14,00%	R\$ 8.258.658,90
Pensionistas	R\$ 1.414.757,50	14,00%	R\$ 198.066,05
Alíquota Total	R\$ 295.312.085,17	37,00%	R\$ 95.374.629,59

9. EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

9.1. PRINCIPAIS CAUSAS DO RESULTADO ATUARIAL

O resultado apresentado no item 7 evidencia o resultado do Plano Previdenciário do RPPS de SANTA MARIA, cuja origem se deu, provavelmente, em razão de um ou mais dos seguintes fatores:

- Aplicação de um Plano de Custeio inadequado quando da instituição do RPPS e por longo tempo de vigência;

- b) Atraso ou falta de repasse das contribuições instituídas em Lei;
- c) Utilização dos recursos financeiros para outros fins, que não os previdenciários;
- d) Aumentos salariais para os segurados do Plano Previdenciário acima da inflação e superando a premissa de crescimento salarial em anos anteriores;
- e) Rendimentos das aplicações e investimentos dos recursos financeiros do RPPS abaixo do mínimo atuarial esperado (meta atuarial);
- f) Ingresso de novos servidores sem a devida compensação financeira previdenciária;
- g) Promoções e incorporações de vantagens às vésperas da aposentadoria, sem a proporcional capitalização do sistema;
- h) Aumento da expectativa de vida do brasileiro, ocasionando o prolongamento de pagamento dos benefícios por um período maior;
- i) Base cadastral incompleta, principalmente em relação a não informação do tempo de contribuição/serviço anterior à nomeação no serviço público;
- j) Falta de reposição e novas contratações de servidores ativos fazendo com que a proporção entre ativos para inativos fique muito próxima de 1:1.

Ressaltamos que nesse último exercício para o município de Santa Maria, temos os seguintes fatores que contribuíram para o resultado atuarial apresentado:

- a) Aumento da média salarial dos segurados ativos em 3,47%;
- b) Aumento quantitativo nos inativos em 3,77%;
- c) Aumento na média do valor dos proventos dos inativos em 9,21%;
- d) Redução quantitativo nos ativos em 2,49%;

9.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

A partir dos resultados encontrados e apresentados no item 7, passa-se a estabelecer o plano de equacionamento do déficit ao RPPS de SANTA MARIA nos itens abaixo, como sendo o suficiente e necessário para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

9.2.1 Equacionamento do déficit com a utilização de 35 anos

A Portaria MTP nº 1467/2022 determina os prazos máximos que podem ser aplicados para amortização do déficit atuarial encontrado. No artigo 43 do referido artigo está definido que o prazo máximo possível, sem a utilização do LDA – Limite do Déficit Atuarial, é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo ente federativo. Segue a transcrição do art. 43 para o entendimento.

Art. 43. O plano de amortização deverá obedecer a um dos seguintes prazos máximos:

I - 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do plano de amortização que tiver sido implementado em lei do ente federativo publicada após a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018;

II - caso seja utilizada a duração do passivo como parâmetro para o cálculo do LDA, o prazo do plano de amortização corresponderá ao dobro da duração; ou

III - caso seja utilizada a sobrevida média dos beneficiários como parâmetro para o cálculo do LDA, deverão ser observados os seguintes parâmetros:

a) o prazo do plano de amortização do déficit atuarial relativo à PMBC deverá corresponder à sobrevida média dos beneficiários; e

b) o prazo do plano de amortização do déficit atuarial relativo à PMBaC deverá ser calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Prazo} = \text{RAP} \times 1,5$$

onde: RAP = prazo médio remanescente para aposentadoria de cada segurado, calculado a partir da base cadastral, premissas e hipóteses utilizadas na respectiva avaliação atuarial, considerando no mínimo a idade, sexo e tempo de contribuição.

Parágrafo único. Para os entes federativos que comprovarem o disposto no inciso IV do art. 55 desta Portaria, o plano de amortização do déficit atuarial de que trata o inciso I do caput poderá prever alíquotas e/ou aportes até 2065.

Assim sendo, Santa Maria pode utilizar para o cálculo das alíquotas de plano de custeio, o prazo de 33 anos, remanescente em lei.

A legislação em vigor autoriza o financiamento do referido déficit em 33 anos, através de alíquota especial (suplementar), respeitado as definições nos artigos 56, 57, 64 e 65 da Portaria MTP nº 1467/2022.

A administração de Santa Maria já possui em lei plano de amortização que equaciona plenamente o déficit atuarial atual, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 22 – Plano de Amortização Vigente

Ano	Aporte	Base de Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Final (R\$)
2024	R\$ 140.757.787,33	237.255.976,03	3.494.690.696,11	140.757.787,33	173.686.127,60	3.527.619.036,38
2025	R\$ 181.616.125,04	239.628.535,79	3.527.619.036,38	181.616.125,04	175.322.666,11	3.521.325.577,44

2026	R\$ 186.481.788,31	242.024.821,15	3.521.325.577,44	186.481.788,31	175.009.881,20	3.509.853.670,33
2027	R\$ 191.347.451,57	244.445.069,36	3.509.853.670,33	191.347.451,57	174.439.727,42	3.492.945.946,18
2028	R\$ 196.213.114,83	246.889.520,05	3.492.945.946,18	196.213.114,83	173.599.413,53	3.470.332.244,87
2029	R\$ 201.078.778,09	249.358.415,25	3.470.332.244,87	201.078.778,09	172.475.512,57	3.441.728.979,35
2030	R\$ 205.944.441,36	251.851.999,41	3.441.728.979,35	205.944.441,36	171.053.930,27	3.406.838.468,27
2031	R\$ 210.810.104,62	254.370.519,40	3.406.838.468,27	210.810.104,62	169.319.871,87	3.365.348.235,52
2032	R\$ 215.675.767,88	256.914.224,59	3.365.348.235,52	215.675.767,88	167.257.807,31	3.316.930.274,95
2033	R\$ 220.541.431,14	259.483.366,84	3.316.930.274,95	220.541.431,14	164.851.434,66	3.261.240.278,47
2034	R\$ 225.407.094,41	262.078.200,51	3.261.240.278,47	225.407.094,41	162.083.641,84	3.197.916.825,90
2035	R\$ 230.272.757,67	264.698.982,51	3.197.916.825,90	230.272.757,67	158.936.466,25	3.126.580.534,48
2036	R\$ 235.138.420,93	267.345.972,34	3.126.580.534,48	235.138.420,93	155.391.052,56	3.046.833.166,11
2037	R\$ 240.004.084,19	270.019.432,06	3.046.833.166,11	240.004.084,19	151.427.608,36	2.958.256.690,28
2038	R\$ 244.869.747,46	272.719.626,38	2.958.256.690,28	244.869.747,46	147.025.357,51	2.860.412.300,33
2039	R\$ 249.735.410,72	275.446.822,65	2.860.412.300,33	249.735.410,72	142.162.491,33	2.752.839.380,93
2040	R\$ 254.601.073,98	278.201.290,87	2.752.839.380,93	254.601.073,98	136.816.117,23	2.635.054.424,18
2041	R\$ 259.466.737,24	280.983.303,78	2.635.054.424,18	259.466.737,24	130.962.204,88	2.506.549.891,83
2042	R\$ 264.332.400,51	283.793.136,82	2.506.549.891,83	264.332.400,51	124.575.529,62	2.366.793.020,94
2043	R\$ 269.198.063,77	286.631.068,19	2.366.793.020,94	269.198.063,77	117.629.613,14	2.215.224.570,31
2044	R\$ 269.198.063,77	289.497.378,87	2.215.224.570,31	269.198.063,77	110.096.661,14	2.056.123.167,68
2045	R\$ 269.198.063,77	292.392.352,66	2.056.123.167,68	269.198.063,77	102.189.321,43	1.889.114.425,35
2046	R\$ 269.198.063,77	295.316.276,18	1.889.114.425,35	269.198.063,77	93.888.986,94	1.713.805.348,52
2047	R\$ 269.198.063,77	298.269.438,95	1.713.805.348,52	269.198.063,77	85.176.125,82	1.529.783.410,57
2048	R\$ 269.198.063,77	301.252.133,34	1.529.783.410,57	269.198.063,77	76.030.235,51	1.336.615.582,30
2049	R\$ 269.198.063,77	304.264.654,67	1.336.615.582,30	269.198.063,77	66.429.794,44	1.133.847.312,98
2050	R\$ 269.198.063,77	307.307.301,22	1.133.847.312,98	269.198.063,77	56.352.211,45	921.001.460,66
2051	R\$ 269.198.063,77	310.380.374,23	921.001.460,66	269.198.063,77	45.773.772,59	697.577.169,49
2052	R\$ 269.198.063,77	313.484.177,97	697.577.169,49	269.198.063,77	34.669.585,32	463.048.691,04
2053	R\$ 269.198.063,77	316.619.019,75	463.048.691,04	269.198.063,77	23.013.519,94	216.864.147,21
2054	R\$ 269.198.063,77	319.785.209,95	216.864.147,21	269.198.063,77	10.778.148,12	-41.555.768,44
2055	R\$ 269.198.063,77	322.983.062,05	-41.555.768,44	269.198.063,77	-2.065.321,69	-312.819.153,90
2056	R\$ 269.198.063,77	326.212.892,67	-312.819.153,90	269.198.063,77	-15.547.111,95	-597.564.329,62

Uma vez amortizado todo o déficit atuarial, o qual é previsto para o ano 2056, o Custo Especial não mais será necessário, permanecendo apenas o Custo Normal.

10. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O RPPS de SANTA MARIA tem definido em Lei que sua taxa de administração é de 2,30% sob a base remuneração bruta dos ativos, aposentados e pensionistas, sendo este direcionado para o bom funcionamento e organização da Unidade Gestora.

A Portaria MTP nº 1467/2022, que dispõe sobre a taxa administração para o custeio das despesas correntes e de capital em seu artigo 84 os percentuais transcritos abaixo:

Art. 84. A taxa de administração a ser instituída em lei do ente federativo, deverá observar os seguintes parâmetros:

[...]

II - limitação de gastos aos seguintes percentuais máximos previstos em lei do ente federativo, apurados com base no exercício financeiro anterior,

desde que devidamente financiados na forma dos incisos I e III: (Redação dada pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022)

a) de até 2,0% (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, de que trata o art. 238, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

b) de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

c) de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou

d) de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; e [...]

Segue abaixo uma tabela resumindo o artigo 84 para melhor entendimento.

Tabela 23 – Valor Utilizado com a Taxa de Administração

Porte	Base de Cálculo das contribuições dos servidores	Somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas
Especial	2,00%	1,30%
Grande	2,40%	1,70%
Médio	3,00%	2,30%
Pequeno	3,60%	2,70%

Sendo assim, será informado no item 10.2 a estimativa de despesas administrativa para o próximo exercício.

10.1. LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

A tabela abaixo informa as despesas administrativas dos últimos três anos, conforme valores informados pelo ente, constante nas informações complementares recebidas para essa avaliação atuarial:

Tabela 24 – Valor Utilizado com a Taxa de Administração

Ano	Valor total (R\$)
2021	R\$ 4.529.889,64

29



2022	R\$ 5.571.248,36
2023	R\$ 6.742.074,61
Média dos últimos 3 anos	R\$ 5.614.404,20

10.2. ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Partindo de um critério conservador, estimamos para o próximo exercício, os gastos com taxa de administração não ultrapassarão a média dos últimos três anos mais uma margem de 10%, o que gera o montante de R\$ 6.175.844,62, o que significa uma alíquota de 2,63%.

Quando comparamos com o limite de gastos permitido com a taxa de administração, essa estimativa de despesas representa 1,16% sobre a remuneração bruta do ano anterior. Sendo assim, o Instituto não irá ultrapassar o limite de gastos permitido.

10.3. RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO

Conforme exposto no item anterior, recomendamos a manutenção da alíquota de custeio das despesas administrativas, uma vez que o valor repassado é de 3% de acordo com a lei nº 6.721 de 2022, artigo 3º.

10.4. RESERVA ADMINISTRATIVA

O RPPS de Santa Maria possui um Fundo Administrativo e em 31/12/2023 o saldo era de R\$ 11.527.152,72, que deverá ser utilizado exclusivamente para o gerenciamento e manutenção da Unidade Gestora.

11. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

A tabela abaixo apresenta a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais e a evolução do grupo de ativos, aposentados e pensionistas.

Tabela 25 – Valores dos Compromissos

VALORES DOS COMPROMISSOS - AVALIAÇÃO ATUARIAL	2024	2023	2022
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de	282.863.566,55	238.530.966,00	287.035.329,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	3.069.731.119,4	2.662.539.524,0	1.713.089.531,2

30

Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios	121.557.949,71	101.682.324,44	57.552.300,87
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.948.173.169,7	2.560.857.199,6	1.655.537.230,3
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	2.051.562.004,0	1.971.468.578,8	1.415.497.829,8
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	609.654.300,28	609.956.399,19	377.313.979,03
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	1.441.907.703,7	1.361.512.179,6	1.038.183.850,8
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	613.073.545,85	144.581.052,81	281.572.862,50
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	546.934,99	0,00	2.620.934,48
Resultado Atuarial	3.494.690.696,1	3.539.257.360,4	2.127.733.823,3
ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	20,41%	9,77%	21,09%

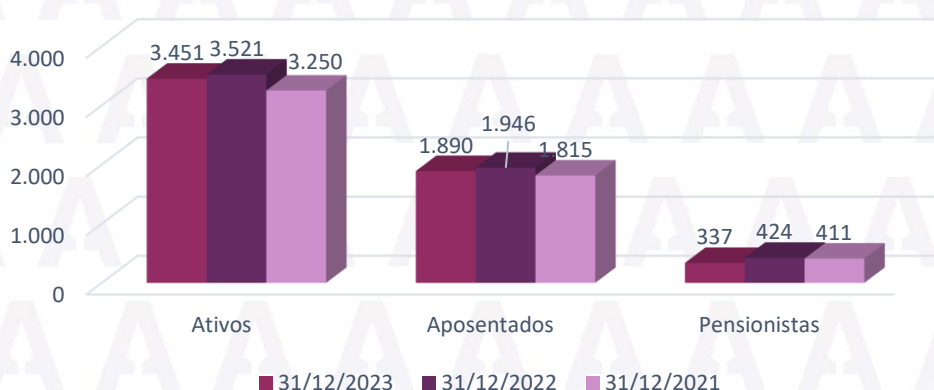
A partir dos dados acima, pode-se evidenciar a evolução do RPPS no seu objetivo de capitalizar recursos para pagamento dos benefícios sob sua gestão. Na avaliação atuarial de 2023 RPPS apresentava 9,77% de cobertura financeira para seus compromissos (Reserva Matemática Líquida), e atualmente o índice é de 20,41%.

Tabela 26 – Estatísticas da População Coberta

ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA	2024	2023	2022
Quantidade de Segurados Ativos	3.451	3.539	3.250
Quantidade de Aposentados	1.890	1.807	1.815
Quantidade de Pensionistas	337	339	411
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	5.236	5.060	4.457
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	8.329	7.684	5.964
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	4.064	3.664	2.841
Idade Média dos Segurados Ativos	47	46	47
Idade Média dos Aposentados	66	66	67
Idade Média dos Pensionistas	67	66	67
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	62	60	59

Observa-se que houve uma diminuição de -2,49% na quantidade de ativos na avaliação atuarial de 2023 para 2024, enquanto os inativos aumentaram em torno de 3,77% no mesmo período.

Evolução Grupo Segurados



12. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Iremos demonstrar neste capítulo, a influência de algumas variáveis na apuração dos custos e reservas matemáticas. As variáveis utilizadas serão: taxa de juros atuarial e crescimento salarial.

12.1 IMPACTO DA TAXA DE JUROS

O resultado atuarial desta avaliação, considerando a taxa de juros de 4,97%, apresentou uma provisão matemática de R\$ 4.390.080.873,52 e um custo normal de 37%. Entretanto, a taxa de juros tem relação inversamente proporcional ao resultado atuarial, ou seja, uma taxa de juros maior, resulta em um déficit atuarial menor e quando a taxa é reduzida, o resultado atuarial aumenta. Para análise de impacto da taxa de juros, foi realizado o cálculo atuarial variando o percentual de juros. Segue abaixo os resultados.

Tabela 27 – Variação nas Provisões Matemáticas em Função da taxa de Juros Real

Juros	PMBac	PMBC	Provisão Total
3,97%	1.744.194.824,61	3.227.578.334,38	4.971.773.158,99
4,47%	1.581.465.607,05	3.081.806.798,56	4.663.272.405,61
4,97%	1.441.907.703,75	2.948.173.169,77	4.390.080.873,52
5,47%	1.321.394.925,50	2.825.384.587,81	4.146.779.513,31
5,97%	1.216.721.323,08	2.712.309.617,39	3.929.030.940,47

12.2 IMPACTO DO CRESCIMENTO SALARIAL

Em relação ao crescimento salarial, o percentual utilizado é diretamente proporcional às provisões matemáticas, ou seja, quanto maior o crescimento salarial, maior serão as provisões. Analisando as possíveis alterações no crescimento salarial médio dos segurados ativos considerados nesta avaliação, verifica-se o seguinte resultado:

Tabela 28 – Variação nas Provisões Matemáticas em Função do Crescimento Salarial

Crescimento Salarial	PMBac	PMBC	Provisão Total
0,50%	1.398.921.064,26	2.948.173.169,77	4.347.094.234,03
1,00%	1.441.907.703,75	2.948.173.169,77	4.390.080.873,52
1,50%	1.489.908.587,53	2.948.173.169,77	4.438.081.757,30
2,00%	1.544.053.770,49	2.948.173.169,77	4.492.226.940,26

13. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

O RPPS de Santa Maria é considerado MÉDIO Porte e segundo dados divulgados pela Secretaria de Previdência, possui nota C no Indicador de Situação Previdenciária – ISP, o que o deixa classificado como Perfil Atuarial II.

14. PARECER ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS do município de SANTA MARIA, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente. Os resultados encontrados originam-se de projeções futuras baseadas em hipóteses, parâmetros de cálculo e critérios internacionalmente aceitos, e dimensionam os custos e as provisões matemáticas do plano de previdenciário, atendendo a Portaria MTP nº 1467/2022, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para a realização deste tipo de estudo, constantes na Nota Técnica Atuarial deste município.

Os resultados encontrados evidenciam um desequilíbrio importante no RPPS de SANTA MARIA, originado no serviço passado. Tal desequilíbrio (déficit) está recebendo o tratamento adequado (equacionamento) através de alíquota especial (suplementar), já ainda implementada na Legislação Municipal. O déficit encontrado tem sua origem na combinação de alguns fatores importantes, os quais foram elencados no item 9.1. A implantação da contribuição especial (suplementar), tem por objetivo garantir a estabilidade do RPPS de acordo com os fluxos futuros de pagamento de benefício. Estas contribuições especiais perdurarão até a quitação total do déficit atuarial.

A Alíquota Suplementar se mostra condizente com os compromissos do RPPS, logo poderá manter o atual plano de custeio vigente. Por sua vez, as rentabilidades auferidas no sistema financeiro nacional, pela aplicação e investimento das Reservas Financeiras, no último ano o RPPS cumpriu a meta atuarial do Plano, ocorrendo um ganho atuarial de R\$ 10.738.811,89. Importante salientar que a meta atuarial era IPCA + 4,97%, e a rentabilidade anual foi de 14,02%.

O município de Santa Maria possui custo normal vigente em lei e conforme já exposto no item 8.5 e se mostra compatível com os compromissos do plano. Portanto, não necessitando alteração do custo normal total.

Além disso, como evidenciado no item 10.3, o município deverá realizar a manutenção da taxa de administração, pois o atual custeio já garante a cobertura integral das despesas administrativas.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2024



Michele Dall'Agnol

Michele de Mattos Dall'Agnol

Atuária MTE 2.991

CPF: 837.360.850-87

15. ANEXOS

ANEXO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS

ANEXO 3 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

ANEXO 4 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

ANEXO 5 - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

ANEXO 6 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

ANEXO 7 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

ANEXO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Esse anexo apresentará conceitos e definições transcritos da Portaria MTP nº 1467/20/necessários para a correta compreensão dos termos técnicos utilizados e dos resultados apresentados na avaliação atuarial.

- 1) Alíquota de contribuição normal: percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- 2) Alíquota de contribuição suplementar: percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do deficit atuarial.
- 3) Análise de sensibilidade: método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- 4) Aposentadoria: benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 5) Aposentadoria por invalidez: benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 6) Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.
- 7) Atuário: profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.
- 8) Auditoria atuarial: exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões

(reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

- 9) Avaliação atuarial: documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.
- 10) Bases técnicas: premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
- 11) Beneficiário: a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
- 12) Conselho deliberativo: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- 13) Conselho fiscal: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- 14) Custeio administrativo: é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
- 15) Custo administrativo: o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- 16) Custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

- 17) Custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de deficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- 18) Data focal da avaliação atuarial: data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
- 19) Deficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 20) Deficit financeiro: valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
- 21) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA): documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- 22) Dependente previdenciário: a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
- 23) Dirigente da unidade gestora do RPPS: representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
- 24) Duração do passivo: a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 25) Ente federativo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- 26) Equacionamento de deficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.
- 27) Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do

plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

- 28) Equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- 29) Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média: a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 30) Evento gerador do benefício: evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.
- 31) Fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual deficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.
- 32) Fundo em capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.
- 33) Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.
- 34) Fundo para oscilação de riscos: valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.
- 35) Ganhos e perdas atuariais: demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
- 36) Meta de rentabilidade: é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
- 37) Método de financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das

características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

- 38) Nota técnica atuarial (NTA): documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.
- 39) Órgãos de controle externo: Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.
- 40) Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- 41) Passivo atuarial: é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.
- 42) Pensionista: o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.
- 43) Plano de benefícios: benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
- 44) Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.
- 45) Plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

- 46) Plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
- 47) Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 48) Projeções atuariais com as alíquotas vigentes: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 49) Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 50) Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 51) Regime financeiro de capitalização: regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.
- 52) Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.
- 53) Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
- 54) Regime Geral de Previdência Social - RGPS: regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
- 55) Regime Próprio de Previdência Social - RPPS: o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os

servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

- 56) Relatório da avaliação atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- 57) Relatório de análise das hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.
- 58) Reserva administrativa: constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 59) Reserva de contingência: montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- 60) Resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- 61) Segregação da massa: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- 62) Segurado: o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.
- 63) Segurado aposentado: o segurado em gozo de aposentadoria.
- 64) Segurado ativo: o segurado que esteja em fase laborativa.
- 65) Serviço passado: parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é

a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

- 66) Sobrevida média dos aposentados e pensionistas: representa a sobrevida média da tabela de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 67) Superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 68) Tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade etc.
- 69) Taxa atuarial de juros: é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.
- 70) Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- 71) Taxa de juros parâmetro: aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
- 72) Valor atual das contribuições futuras: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 73) Valor atual dos benefícios futuros: valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 74) Viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
- 75) Viabilidade fiscal: capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.



- 76) Viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- 77) Unidade gestora: a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.
- 78) Valor Justo: valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.

ANEXO 2 – ESTATÍSTICAS

ESTATÍSTICAS DOS SERVIDORES ATIVOS

Tabela 1 – Estatísticas dos Servidores Ativos

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	2541	910	3451
Folha Mensal	R\$ 12.628.814,26	R\$ 5.440.947,81	R\$ 18.069.762,07
Benefício Médio Mensal	R\$ 4.970,02	R\$ 5.979,06	R\$ 5.236,09
Idade Mínima Atual	25	23	23
Idade Máxima Atual	74	75	75
Idade Média Atual	46	49	47
Idade Mínima de Admissão	19	16	16
Idade Máxima de Admissão	68	66	68
Idade Média de Admissão	36	35	36
Idade Média de Aposentadoria Projetada	60	64	62

Tabela 2 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
Até 25	2	3	0%
26 a 30	86	29	3%
31 a 35	277	92	11%
36 a 40	434	82	17%
41 a 45	481	129	19%
46 a 50	371	155	15%
51 a 55	365	133	14%
56 a 60	326	153	13%
61 a 65	139	92	5%
66 a 75	60	42	2%
Acima de 75	0	3	0%
Total	2541	913	100%

Tabela 3 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

Intervalo	População	Frequência
Até 25	311	9%
26 a 30	762	22%
31 a 35	870	25%
36 a 40	700	20%
41 a 45	414	12%
46 a 50	231	7%
51 a 55	115	3%
56 a 60	35	1%
61 a 65	9	0%
66 a 75	4	0%
Acima de 75	0	0%
Total	3451	100%

Tabela 4 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	34	1%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	1266	37%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	573	17%
R\$ 4.400,01 até 7.507,48	910	26%
Acima de 7.507,49	668	19%
Total	3451	100%

Tabela 5 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria

Intervalo	Feminino	Masculino	Total
Até 50 anos	191	0	191
51 a 55	566	19	585
56 a 60	701	335	1036
61 a 65	476	242	718
66 a 70	296	147	443
Acima de 70	311	167	478
Total	2541	910	3451

Tabela 6 – Distribuição de Dependentes por Ativos

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	1761	51%
Com 1 dependente	935	27%
Com 2 ou mais dependentes	755	22%
Total	3451	100%

ESTATÍSTICAS DOS APOSENTADOS

Tabela 7 – Estatísticas dos Aposentados

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	1546	344	1890
Folha Mensal	R\$ 12.995.777,52	R\$ 2.746.254,67	R\$
Benefício Médio Mensal	R\$ 8.406,07	R\$ 7.983,30	R\$ 8.329,12
Idade Mínima Atual	38	49	38
Idade Máxima Atual	96	96	96
Idade Média Atual	66	70	66

Tabela 8 – Aposentados por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
36 a 40	2	0	0%
41 a 45	3	0	0%
46 a 50	5	1	0%
51 a 55	91	2	5%
56 a 60	312	28	18%
61 a 65	432	89	28%
66 a 75	526	145	36%
Acima de 75	175	79	13%
Total	1546	344	100%

Tabela 9 – Aposentados por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	94	5%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	228	12%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	144	8%
R\$ 4.400,01 até 7.507,48	481	25%
Acima de 7.507,49	943	50%
Total	1890	100%

Tabela 10 – Aposentados por Dependentes

Intervalo	População	Frequência
-----------	-----------	------------

Sem dependentes	218	21,84%
Com 1 dependente	634	63,53%
Com 2 ou mais dependentes	146	14,63%
Total	998	100,00%

ESTATÍSTICAS DOS PENSIONISTAS

Tabela 11 – Estatísticas dos Pensionistas

Discriminação	Feminina	Masculino	Total
Quantidade de Servidores	241	96	337
Folha Mensal	R\$ 957.413,01	R\$ 412.050,13	R\$
Benefício Médio Mensal	R\$ 3.972,67	R\$ 4.292,19	R\$ 4.063,69
Idade Mínima Atual	9	15	9
Idade Máxima Atual	100	91	100
Idade Média Atual	68	65	67

Tabela 12 – Pensionistas por Faixa Etária

Intervalo	Feminina	Masculino	Frequência
Até 36	18	8	7,47%
36 a 40	1	2	0,41%
41 a 45	3	1	1,24%
46 a 50	3	1	1,24%
51 a 55	11	4	4,56%
56 a 60	17	11	7,05%
61 a 65	30	16	12,45%
66 a 75	75	23	31,12%
Acima de 75	83	30	34,44%
Total	241	96	100,00%

Tabela 13 – Pensionistas por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	45	13,35%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	147	43,62%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	50	14,84%
R\$ 4.400,01 até 7.507,48	54	16,02%
Acima de 7.507,49	41	12,17%
Total	337	100,00%



ANEXO 3 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

RESERVAS MATEMÁTICAS

Município de Santa Maria

Município de Santa Maria

Reservas Matemáticas em: 31/12/2023

Plano de Contas		Valor (R\$)
Sem Máscara	C Ativo - Fundo Previdenciário	R\$ 282.863.566,55
Sem Máscara	C Aplicações conforme DAIR - Fundo Previdenciário	R\$ 282.863.566,55
Sem Máscara	D Reserva administrativa	R\$ 0,00
Sem Máscara	C Parcelamentos - Fundo Previdenciário	R\$ 0,00

REGISTROS CONTÁBEIS DO BALANÇO DO RPPS

1.2.1.1.2.08.00	D	Créditos Para Amortização De Déficit Atuarial - Plano Previdenciário - INTRA OFSS	R\$ 3.615.259.001,71
1.2.1.1.2.08.01	D	Valor Atual Dos Aportes Para Cobertura Do Déficit Atuarial	R\$ 3.615.259.001,71
1.2.1.1.2.08.02	D	Valor Atual Da Contribuição Patronal Suplementar Para Cobertura Do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.03	D	Valor Atual Dos Recursos Vinculados Por Lei Para Cobertura Do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.99	D	Outros Créditos Do RPPS Para Amortizar Déficit Atuarial	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.00.00	C	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	R\$3.754.174.595,70
2.2.7.2.1.01.00	C	Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.01	C	Aposentadorias/Pensões Concedidos Do Plano Financeiro Do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.03	D	Contribuições Do Aposentado Para O Plano Financeiro Do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.04	D	Contribuições Do Pensionista Para O Plano Financeiro Do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.05	D	Compensação Previdenciária Do Plano Financeiro Do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.99	D	Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.00	C	Plano Financeiro - Provisões De Benefícios A Conceder	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.01	C	Aposentadorias/Pensões a Conceder do Fundo em Repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.03	D	Contribuições Do Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista para o Fundo em Repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.04	D	Compensação Previdenciária Do Plano Financeiro Do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.05	D	Parcelamento De Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.99	D	Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.00	C	Plano Previdenciário - Provisões De Benefícios Concedidos	R\$ 2.583.357.287,14
2.2.7.2.1.03.01	C	Aposentadorias/Pensões Concedidos Do Plano Previdenciário Do RPPS	R\$ 3.069.731.119,48
2.2.7.2.1.03.03	D	Contribuições Do Aposentado Para O Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 119.235.122,41
2.2.7.2.1.03.04	D	Contribuições Do Pensionista Para O Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 2.322.827,30
2.2.7.2.1.03.05	D	Compensação Previdenciária Do Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 364.815.882,63
2.2.7.2.1.03.99	D	Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00	C	Plano Previdenciário - Provisões De Benefícios A Conceder	R\$ 1.170.817.308,56
2.2.7.2.1.04.01	C	Aposentadorias/Pensões A Conceder Do Plano Previdenciário Do RPPS	R\$ 2.088.883.709,14
2.2.7.2.1.04.02	D	Contribuições Do Ente Para O Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 394.326.866,09
2.2.7.2.1.04.03	D	Contribuições Do Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista Para O Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 276.028.806,26
2.2.7.2.1.04.04	D	Compensação Previdenciária Do Plano Previdenciário Do RPPS	-R\$ 247.710.728,23
2.2.7.2.1.04.99	D	Outras Deduções	R\$ 0,00
2.3.6.2.0.00.00	C	Reservas Atuariais	R\$ 143.947.972,56
2.3.6.2.1.00.00	C	Reserva Atuarial – Consolidação	R\$ 143.947.972,56
2.3.6.2.1.01.00	C	Reservas Atuariais - Fundo Em Capitalização	R\$ 143.947.972,56
2.3.6.2.1.01.01	C	Reserva Atuarial Para Contingências	R\$ 143.947.972,56
2.3.6.2.1.01.02	C	Reserva Atuarial Para Ajustes Do Fundo	R\$ 0,00
3.9.9.9.2.00.00	D	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes De Fatos Geradores Diversos - INTRA OFSS	0
3.9.9.9.2.01.00	D	Ajuste Do Valor Atual Do Plano De Equacionamento Do Déficit Do RPPS	0

REGISTROS CONTÁBEIS DO BALANÇO DO ENTE FEDERATIVO

2.2.7.9.0.00.00	C	Outras Provisões a Longo Prazo	R\$ 3.615.259.001,71
2.2.7.9.2.09.00	C	Valor Atual da Obrigação Com Amortização De Déficit Atuarial - Plano Previdenciário - INTRA	R\$ 3.615.259.001,71

Nota Explicativa – Provisões Matemáticas Previdenciárias

A Portaria MF nº 184/2008 determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público publicadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board – IPSASB, o órgão da International Federation of Accountants – IFAC que trabalha



especificamente para o desenvolvimento da padronização internacional das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

De acordo com a NBC TSP 15, a entidade deve utilizar o método de crédito unitário projetado (PUC) para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Entretanto, conforme §1º do Art. 31 da Portaria MTP nº 1467/2022, a apuração do custo normal dos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização deverá ser por meio de um dos seguintes métodos atuariais de financiamento:

I - Crédito Unitário Projetado (PUC);

II - Idade Normal de Entrada;

III - Prêmio Nivelado Individual; e

IV - Agregado por Idade Atingida.

Na presente avaliação atuarial, a metodologia do regime financeiro utilizada é a Idade Normal de Entrada, sendo assim foi realizado o segundo cálculo da avaliação atuarial considerando a metodologia de crédito unitário projetado (CUP/PUC). Diante disso, segue abaixo a tabela comparativa com os resultados com a metodologia PUC, a ser utilizado para contabilização e a provisão matemática a ser considerada para gestão previdenciária e atuarial (DRAA).

Descrição	Metodologia IEN	Metodologia PUC
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	2.948.173.169,77	2.948.173.169,77
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	1.441.907.703,75	1.418.528.036,79
Provisão Matemática Total	4.390.080.873,52	4.366.701.206,56
Compensação Financeira	612.526.610,86	612.526.610,86
Ativo do Plano	282.863.566,55	282.863.566,55
Resultado Atuarial	3.494.690.696,11	3.471.311.029,15

ANEXO 4 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

ANEXO III - EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS								
(k)	Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
		PLANO	APOSENTADORIAS /	(-) CONTRIBUIÇÕES	(-) CONTRIBUIÇÕES	(-) CONTRIBUIÇÕES	(-) COMPENSAÇÃO	(-) PARCELAMENTO
0	dez/23	2.580.698.634,16	3.069.731.119,48	0,00	-119.235.122,41	-2.322.827,30	-367.474.535,61	0,00
1	jan/24	2.586.981.763,23	3.080.686.511,67	0,00	-120.890.702,31	-2.358.177,98	-370.455.868,15	0,00
2	fev/24	2.593.264.892,30	3.091.641.903,85	0,00	-122.546.282,21	-2.393.528,65	-373.437.200,70	0,00
3	mar/24	2.599.548.021,37	3.102.597.296,04	0,00	-124.201.862,11	-2.428.879,33	-376.418.533,24	0,00
4	abr/24	2.605.831.150,43	3.113.552.688,23	0,00	-125.857.442,01	-2.464.230,00	-379.399.865,79	0,00
5	mai/24	2.612.114.279,50	3.124.508.080,41	0,00	-127.513.021,90	-2.499.580,68	-382.381.198,33	0,00
6	jun/24	2.618.397.408,57	3.135.463.472,60	0,00	-129.168.601,80	-2.534.931,35	-385.362.530,87	0,00
7	jul/24	2.624.680.537,64	3.146.418.864,79	0,00	-130.824.181,70	-2.570.282,03	-388.343.863,42	0,00
8	ago/24	2.630.963.666,71	3.157.374.256,97	0,00	-132.479.761,60	-2.605.632,70	-391.325.195,96	0,00
9	set/24	2.637.246.795,78	3.168.329.649,16	0,00	-134.135.341,50	-2.640.983,38	-394.306.528,51	0,00
10	out/24	2.643.529.924,84	3.179.285.041,35	0,00	-135.790.921,40	-2.676.334,06	-397.287.861,05	0,00
11	nov/24	2.649.813.053,91	3.190.240.433,54	0,00	-137.446.501,30	-2.711.684,73	-400.269.193,60	0,00
12	dez/24	2.656.096.182,98	3.201.195.825,72	0,00	-139.102.081,20	-2.747.035,41	-403.250.526,14	0,00

(k)	Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
		PLANO	APOSENTADORIAS /	(-)	(-)	(-)	(-)	PLANO	(-) OUTROS
0	dez/23	1.196.855.628,50	2.051.562.004,03	-358.620.176,64	-251.034.123,64	-245.052.075,25	0,00	-3.494.690.696,11	-3.494.690.696,11
1	jan/24	1.206.565.756,11	2.073.051.346,49	-363.634.047,86	-255.811.352,02	-247.040.190,50	0,00	-3.524.357.734,09	-3.524.357.734,09
2	fev/24	1.216.275.883,73	2.094.540.688,95	-368.647.919,09	-260.588.580,39	-249.028.305,74	0,00	-3.554.024.772,07	-3.554.024.772,07
3	mar/24	1.225.986.011,34	2.116.030.031,41	-373.661.790,31	-265.365.808,77	-251.016.420,99	0,00	-3.583.691.810,04	-3.583.691.810,04
4	abr/24	1.235.696.138,96	2.137.519.373,87	-378.675.661,54	-270.143.037,14	-253.004.536,24	0,00	-3.613.358.848,02	-3.613.358.848,02
5	mai/24	1.245.406.266,57	2.159.008.716,33	-383.689.532,76	-274.920.265,52	-254.992.651,48	0,00	-3.643.025.886,00	-3.643.025.886,00
6	jun/24	1.255.116.394,19	2.180.498.058,80	-388.703.403,99	-279.697.493,89	-256.980.766,73	0,00	-3.672.692.923,98	-3.672.692.923,98
7	jul/24	1.264.826.521,80	2.201.987.401,26	-393.717.275,21	-284.474.722,27	-258.968.881,98	0,00	-3.702.359.961,96	-3.702.359.961,96
8	ago/24	1.274.536.649,42	2.223.476.743,72	-398.731.146,43	-289.251.950,65	-260.956.997,22	0,00	-3.732.026.999,93	-3.732.026.999,93
9	set/24	1.284.246.777,03	2.244.966.086,18	-403.745.017,66	-294.029.179,02	-262.945.112,47	0,00	-3.761.694.037,91	-3.761.694.037,91
10	out/24	1.293.956.904,64	2.266.455.428,64	-408.758.888,88	-298.806.407,40	-264.933.227,71	0,00	-3.791.361.075,89	-3.791.361.075,89
11	nov/24	1.303.667.032,26	2.287.944.771,10	-413.772.760,11	-303.583.635,77	-266.921.342,96	0,00	-3.821.028.113,87	-3.821.028.113,87
12	dez/24	1.313.377.159,87	2.309.434.113,56	-418.786.631,33	-308.360.864,15	-268.909.458,21	0,00	-3.850.695.151,84	-3.850.695.151,84

ANEXO 5 - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

Ano	Quantidade servidores ativos	Concessão de Benefícios	(A) TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO	(B) TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO
2024	3451	388	235.733.674,03	173.450.038,56
2025	3063	90	264.058.444,41	186.495.427,29
2026	2973	85	269.784.042,53	199.672.377,04
2027	2888	101	276.044.018,89	214.273.634,73
2028	2787	81	281.184.384,10	228.295.061,02
2029	2706	113	287.768.577,72	243.962.127,85
2030	2593	88	292.644.972,93	258.090.323,51
2031	2505	99	298.842.009,04	272.314.553,40
2032	2406	100	304.538.897,20	286.640.199,46
2033	2306	83	309.878.578,07	299.212.940,26
2034	2223	149	316.160.171,60	315.785.639,03
2035	2074	113	319.732.524,98	330.563.533,65
2036	1961	127	323.891.352,75	342.911.294,44
2037	1834	93	327.722.758,06	355.243.252,60
2038	1741	106	332.875.252,20	365.746.955,21
2039	1635	82	337.627.793,67	379.030.868,75
2040	1553	95	342.983.935,50	389.602.586,07
2041	1458	124	347.569.965,69	400.193.952,14
2042	1334	112	350.216.585,39	402.174.522,25
2043	1222	139	352.792.383,40	404.532.524,80
2044	1083	126	348.908.978,25	404.500.204,71
2045	957	114	346.987.594,60	409.680.586,12
2046	843	104	344.402.655,12	408.147.740,84
2047	739	154	341.508.638,82	403.641.812,71
2048	585	105	331.324.263,24	363.644.983,50
2049	480	68	327.673.834,32	356.172.257,93
2050	412	84	324.227.366,50	343.525.310,82
2051	328	43	320.463.272,69	332.216.179,88
2052	285	107	318.051.962,32	322.771.664,97
2053	178	76	311.404.569,90	296.151.631,88
2054	102	24	306.526.209,29	276.193.351,27
2055	78	23	303.468.265,03	258.042.793,80
2056	55	14	300.205.961,06	239.971.233,82
2057	41	22	26.905.840,05	214.441.930,56
2058	19	16	24.399.468,68	198.773.588,00
2059	3	2	22.762.618,43	188.872.221,54
2060	1	1	20.991.119,90	175.396.506,33
2061	0	0	19.442.795,60	162.547.758,38
2062	0	0	18.797.908,56	157.153.290,69
2063	0	0	18.100.321,43	151.332.246,60
2064	0	0	17.302.733,47	144.656.152,21
2065	0	0	16.813.990,89	140.570.889,91
2066	0	0	16.352.711,77	136.719.981,42
2067	0	0	15.627.971,52	130.662.473,11
2068	0	0	14.557.005,64	121.713.218,77
2069	0	0	12.046.693,96	100.742.724,98
2070	0	0	10.926.145,69	91.380.481,25
2071	0	0	9.988.846,59	83.529.209,57
2072	0	0	9.059.289,18	75.763.436,25
2073	0	0	8.122.049,00	67.919.053,17
2074	0	0	6.857.540,35	57.345.452,71
2075	0	0	5.896.357,58	49.308.141,90
2076	0	0	4.897.406,27	40.956.841,71
2077	0	0	4.374.456,65	36.582.975,85
2078	0	0	3.614.063,74	30.221.085,83
2079	0	0	2.672.455,42	22.347.486,43
2080	0	0	1.959.423,68	16.375.661,89
2081	0	0	1.344.297,15	11.233.974,16
2082	0	0	861.031,87	7.195.467,11
2083	0	0	386.759,80	3.230.791,26
2084	0	0	204.727,14	1.710.181,65

2085	0	0	85.544,32	714.589,28
2086	0	0	19.474,70	162.677,28

ANEXO 6 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

ANEXO VI				
Município de Santa Maria				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE				
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL				
2023 - 2097				
RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, §1º, inciso II)				
EXERCÍCIO	RECEITAS (a)	DESPESAS (b)	RESULTADO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO (d) = ("d" Exercício
2023	190.998.072,75	199.485.132,91	-8.487.060,16	-8.487.060,16
2024	293.069.108,29	260.653.805,94	32.415.302,35	23.928.242,19
2025	337.638.640,44	266.576.667,14	71.061.973,30	94.990.215,49
2026	348.481.430,34	272.088.551,49	76.392.878,85	171.383.094,34
2027	359.885.194,21	279.148.791,78	80.736.402,43	252.119.496,77
2028	371.319.569,71	284.616.000,70	86.703.569,01	338.823.065,78
2029	383.520.947,23	292.749.393,34	90.771.553,90	429.594.619,68
2030	395.638.906,18	298.638.568,74	97.000.337,44	526.594.957,12
2031	408.319.963,13	305.728.709,00	102.591.254,13	629.186.211,25
2032	421.229.574,10	312.044.052,62	109.185.521,48	738.371.732,73
2033	434.387.955,87	317.317.416,59	117.070.539,28	855.442.272,01
2034	449.109.189,89	329.792.416,11	119.316.773,77	974.759.045,78
2035	463.376.279,03	338.277.283,52	125.098.995,51	1.099.858.041,29
2036	478.288.309,79	348.684.227,09	129.604.082,70	1.229.462.123,99
2037	503.567.641,72	355.282.653,76	148.284.987,96	1.377.747.111,95
2038	519.625.180,76	362.481.012,59	157.144.168,17	1.534.891.280,12
2039	535.855.267,14	367.629.403,79	168.225.863,35	1.703.117.143,46
2040	553.072.424,71	374.511.566,36	178.560.858,35	1.881.678.001,81
2041	571.555.546,14	384.925.243,55	186.630.302,59	2.068.308.304,40
2042	590.293.379,49	394.006.986,35	196.286.393,14	2.264.594.697,54
2043	610.241.281,99	406.534.881,03	203.706.400,95	2.468.301.098,50
2044	625.408.899,08	417.005.425,95	208.403.473,13	2.676.704.571,62
2045	640.620.042,07	426.093.172,06	214.526.870,01	2.891.231.441,64
2046	655.977.532,89	433.893.321,58	222.084.211,31	3.113.315.652,95
2047	673.081.805,86	448.818.599,73	224.263.206,13	3.337.578.859,08
2048	689.186.111,73	457.401.469,61	231.784.642,12	3.569.363.501,20
2049	704.677.719,71	460.012.006,04	244.665.713,67	3.814.029.214,87
2050	721.425.891,83	465.247.839,83	256.178.052,00	4.070.207.266,87
2051	737.946.989,62	465.322.160,10	272.624.829,51	4.342.832.096,39
2052	766.614.762,24	474.599.321,41	292.015.440,83	4.634.847.537,21
2053	787.047.112,33	483.356.982,34	303.690.129,99	4.938.537.667,20
2054	808.173.217,61	492.023.017,89	316.150.199,72	5.254.687.866,92
2055	830.053.863,67	500.665.161,90	329.388.701,77	5.584.076.568,70
2056	862.970.138,52	509.504.308,15	353.465.830,38	5.937.542.399,07
2057	618.109.789,93	518.244.206,55	99.865.583,37	6.037.407.982,45
2058	627.270.806,62	527.107.952,50	100.162.854,12	6.137.570.836,56
2059	636.471.995,11	536.017.811,99	100.454.183,12	6.238.025.019,68
2060	645.713.787,93	544.976.817,45	100.736.970,49	6.338.761.990,17
2061	654.994.805,88	553.980.469,61	101.014.336,27	6.439.776.326,44
2062	664.315.519,85	563.031.822,25	101.283.697,59	6.541.060.024,03
2063	673.674.556,60	572.126.245,55	101.548.311,04	6.642.608.335,08
2064	683.072.434,50	581.266.813,98	101.805.620,52	6.744.413.955,60
2065	692.507.795,32	590.448.763,37	102.059.031,95	6.846.472.987,55
2066	701.981.215,37	599.675.188,17	102.306.027,20	6.948.779.014,75
2067	711.528.268,58	609.108.943,86	102.419.324,72	7.051.198.339,47
2068	721.068.305,70	618.419.305,99	102.648.999,71	7.153.847.339,19

2069	730.643.874,29	627.767.327,12	102.876.547,17	7.256.723.886,36
2070	740.274.222,43	637.240.466,74	103.033.755,69	7.359.757.642,05
2071	749.936.873,13	646.755.121,81	103.181.751,32	7.462.939.393,36
2072	759.630.258,34	656.306.053,09	103.324.205,25	7.566.263.598,61
2073	622.857.666,98	665.983.327,48	-43.125.660,50	7.523.137.938,11
2074	621.699.568,23	675.520.906,30	-53.821.338,07	7.469.316.600,04
2075	619.914.023,24	685.271.267,24	-65.357.243,99	7.403.959.356,05
2076	617.450.761,25	695.149.083,30	-77.698.322,05	7.326.261.034,00
2077	614.261.616,30	704.880.209,24	-90.618.592,94	7.235.642.441,06
2078	610.311.982,64	714.640.595,11	-104.328.612,47	7.131.313.828,59
2079	605.554.622,63	724.714.734,39	-119.160.111,76	7.012.153.716,83
2080	599.922.396,23	734.634.818,51	-134.712.422,28	6.877.441.294,55
2081	593.372.205,00	744.582.080,87	-151.209.875,87	6.726.231.418,68
2082	585.847.492,09	754.559.802,86	-168.712.310,76	6.557.519.107,92
2083	577.288.111,89	764.561.884,19	-187.273.772,30	6.370.245.335,62
2084	567.630.677,58	774.591.619,08	-206.960.941,50	6.163.284.394,12
2085	556.807.803,04	784.843.393,90	-228.035.590,86	5.935.248.803,26
2086	544.736.397,36	795.222.745,05	-250.486.347,69	5.684.762.455,57
2087	531.334.053,56	805.426.633,22	-274.092.579,66	5.410.669.875,91
2088	516.531.604,22	815.649.201,42	-299.117.597,19	5.111.552.278,72
2089	500.244.084,88	826.102.612,53	-325.858.527,65	4.785.693.751,07
2090	482.368.705,08	836.261.729,08	-353.893.024,00	4.431.800.727,07
2091	462.828.016,81	846.858.349,94	-384.030.333,13	4.047.770.393,95
2092	441.496.018,93	857.478.313,48	-415.982.294,55	3.631.788.099,40
2093	418.264.001,59	868.114.714,28	-449.850.712,69	3.181.937.386,70
2094	393.017.148,36	878.771.021,93	-485.753.873,57	2.696.183.513,13
2095	365.633.547,37	889.661.788,32	-524.028.240,96	2.172.155.272,18
2096	323.653.571,16	900.573.267,44	-576.919.696,28	1.595.235.575,90
2097	293.720.028,08	911.724.327,72	-618.004.299,64	977.231.276,26

Notas:

1 Projeção atuarial elaborada em 31/12/2023 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Financeiras - Taxa de Juros de 4,97%, Crescimento Salarial de 1% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 12% da Reserva Matemática.

Biométricas – Tábua de Mortalidade RP 2000 MALE (Sobrevivência de Válidos do sexo masculino) e AT2000 desagradada em 20% (Sobrevivência de Válidos do sexo feminino). Tábua de mortalidade de inválidos IBGE 2021 e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas desagradada em 30%.

Demográficas - A **População** está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O **Compromisso Médio Familiar do Segurado** foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A **Rotatividade** foi desconsiderada e os **Novos Entrandos** não foi adotado para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.

Fonte: Avaliação Atuarial 2024

ANEXO 7 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

O artigo 29 da Portaria nº 1.467/2022 trata da obrigatoriedade da divulgação da Duração do Passivo, que corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Cálculo do Fluxo	Valores
Benefícios líquidos a valor presente (a)	5.124.905.165,01
Benefícios líquidos ponderados pelo instante (b)	80.994.928.683,18
Duração do Passivo (b/a)	15,80

Como análise evolutiva, aprestamos o quadro abaixo:

Ano	Duração do Passivo (anos)
2021	15,66
2022	15,60
2023	15,80